



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS  
 AVISANDO A RECEBIÇÃO EM INVOLUCRO SICHADO DE PLÁSTICO DE 100g. NÃO SE PODE ABIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL.  
 TAXA PAGA PORTUGAL CONTRATO 377668

# IMPUGNAÇÃO DA REDUÇÃO SALARIAL

Vamos prosseguir a acção jurídica contra a ilegalidade e a injustiça.

Se ainda não impugnaste a redução do teu salário, tens 15 dias após o conhecimento do acto administrativo (recibo de vencimento) para o fazer.

Contacta o teu Sindicato!

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3  
 1070-128 LISBOA

# JEF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira  
 Mensal | nº 248 | Janeiro '11 | 0,50 Euros

Acção de impugnação da redução salarial

Governo será julgado pelas ilegalidades cometidas

Pág. 4



# ESCOLAS: EXTINÇÃO DE MAIS DE 30.000 HORÁRIOS

Ameaça emprego dos professores  
 Põe em causa qualidade educativa





## A razão vencerá a violência e a irracionalidade!

A propósito de uma alegada necessidade de ultrapassar a crise, o governo impõe, aos mesmos de sempre, novos e cada vez mais duros sacrifícios.

No caso da Administração Pública e dos seus trabalhadores, as medidas sucedem-se numa espiral de agravamento, tornando-se já insuportáveis. Há anos que os trabalhadores da Administração Pública, onde se inclui a esmagadora maioria dos professores, são alvo primeiro e preferencial da fúria economicista dos governos: “aumentos-zero”, congelamento de carreiras, agravamento da precariedade, degradação do sistema de apoio na doença, avaliação pelo Siadap ou seus sucedâneos, sujeição à mobilidade especial, não realização de concursos sérios para promoção da estabilidade, agravamento dos requisitos para aposentação, redução do valor das pensões... e chegou agora o roubo nos salários, estando o governo a preparar, no sector dos professores, um dos maiores despedimentos colectivos de que há memória no nosso país.

São violentas estas medidas! Tão violentas como violenta é a política que as impõe! É, por isso, natural que os trabalhadores reajam protestando, pois não querem nem irão calar a sua indignação e a sua revolta. E tem de ser assim: cada vez mais alto, cada vez em maior número, cada vez de forma mais visível!

Obviamente que os governantes não querem que assim seja. Não querem que a indignação saia à rua e se torne visível e por isso interessa-lhes largar a polícia sobre os cidadãos. Foi o que aconteceu em 18 de Janeiro junto à residência oficial do Primeiro-Ministro. Os activistas sindicais, após ter terminado o plenário em que participavam, foram impedidos de sair na direcção dos seus autocarros, das suas casas e da própria Assembleia da República, onde alguns tinham uma reunião marcada com a Comissão de Educação e Ciência. Mas porque são cidadãos livres que, à altura, já não estavam em qualquer iniciativa que obrigasse a normas especiais de segurança, insistiram – e muito bem – em descer a rua por onde sempre desceram, tendo, por essa razão, sido atacados e agredidos.

À violência que se abateu sobre os trabalhadores que se tinham manifestado, responderam estes sem medo e com determinação, assumindo a atitude democrática que faltou aos agressores. Se dúvidas houvesse sobre o que efectivamente se passou, os registos vídeos e fotográficos existentes são esclarecedores.

Voltaremos à rua porque continuaremos na luta, certos de que a razão sobrelevará à violência e à irracionalidade. | **Mário Nogueira** ●



### Professores e Educadores

Os docentes estão a ser atacados por todos os lados: no emprego, nos salários, nas condições de trabalho. No sector público, por via de políticas economicistas e medidas anti-sociais desenvolvidas pelo governo; no sector privado, pelas mesmas causas a que acresce uma incontrolável ganância de muitos empresários. Professores e educadores dão fortes sinais de revolta e a sua participação nas reuniões sindicais, a adesão às propostas apresentadas e a defesa da necessidade de unidade entre todos, provam que a luta, não só vai acontecer, como conhecerá, em breve, uma dureza assinalável. Tem de ser assim! ●



### O (mau) estado da Democracia

O ME/Governo recusa negociar matérias que, para além de serem de negociação obrigatória, são essenciais para a vida profissional dos docentes; a policia ataca cidadãos que acabam de se manifestar junto à Residência Oficial do Primeiro-Ministro, quando estes já se retiravam do local; inúmeros portugueses foram impedidos de votar nas eleições presidenciais por não ter sido acautelado um acesso permanente e de qualidade ao site da comissão nacional de eleições... Há razões para estarmos preocupados, atentos e exigentes! ●

#### 04 Em foco

Acção de impugnação da redução salarial

#### 06 Depoimentos

Alterações ao ECD e à Avaliação esbarram no Bloco Central. JF à conversa com deputados

#### 10 Em foco

Gestão: situação nas escolas é muito crítico

#### 12 Em foco

Ministério opera privatização encoberta pela Parque Escolar

#### 13 Em foco

Ataque aos horários de trabalho põe em causa emprego docente

#### 14 Acção

Campanha pelo emprego arranca

#### 15 Iniciativa

Plenários do Ensino Particular e Cooperativo

#### 18 Nacional

Organização do ano lectivo 2011/2012

#### 19 Internacional

Austrália contra os rankings

#### 20 Entrevista

Carvalho da Silva e o XII Congresso da CGTP-IN

#### 22 Culturais

Culturais

O ME prepara-se para eliminar, em Setembro próximo, entre 30.000 e 40.000 horários de professores. Questionado sobre isso, um membro da actual equipa ministerial afirmou, há dias, que a especialidade do ME não é fazer futurologia.



## Um M.E. que inexistente violentamente!

A actual equipa ministerial da Educação não existe! E esse é um problema porque, não existindo, nem sequer a sua demissão poderá, um dia, ser exigida. Simplesmente porque não há corrector que apague uma inexistência.

Se existisse, a equipa do ME dialogava e negociava, mas não o faz porque não está autorizada a decidir politicamente e a assumir compromissos com a comunidade educativa.

Se existisse, a equipa do ME não poderia pactuar com medidas que põem em causa a Escola Pública e a qualidade educativa. São disso exemplo, os cortes orçamentais às escolas, a criação de mais mega-agrupamentos e a intenção de impor alterações curriculares que se limitam a cortar despesa sem olhar a consequências.

Se existisse, num momento simultaneamente tão importante como o que vivemos, em que a escolaridade obrigatória se alarga, e tão grave, em que a crise empobrece as famílias, não deixaria de abrir um diálogo sério e abrangente no sentido de avançar com uma verdadeira reorganização curricular e de apoiar com recursos, nomeadamente financeiros, quem melhor pode ajudar, no plano social, as famílias e os estudantes: as autarquias.

Se existisse, a actual equipa ministerial honraria o compromisso que assumiu em relação aos horários de trabalho dos professores, que a própria ministra considerou desadequados. Afinal, é esta equipa ministerial quem destrói os limites fixados em tempos que já eram de grande contracção, logo, muito marcados por restrições fortíssimas que Lurdes Rodrigues executava sem hesitar.

Se existisse, a actual equipa ministerial honraria os compromissos assumidos e os acordos assinados, ou teria vergonha de faltar à palavra dada.

Se existisse, a actual equipa ministerial recusaria apresentar o projecto de despacho que divulgou sobre a organização do próximo ano escolar, mas, se ainda assim o fizesse, dialogaria e negociaria o seu conteúdo.

Só que não existe e, por essa razão, limita-se a cumprir, obedientemente, as ordens de quem existe e manda, sem olhar aos estragos causados junto dos profissionais da Educação, das escolas, dos alunos e das suas aprendizagens, das famílias que se sujeitam a sacrifícios maiores, da qualidade educativa...

Por esse motivo, apesar de serem necessários às escolas, o ME prepara-se para eliminar, em Setembro próximo, entre 30.000 e 40.000 horários de professores. Questionado sobre isso, um membro da actual equipa ministerial afirmou, há dias, que a especialidade do ME não é fazer futurologia. Falou verdade, o governante, mas antes fosse para que percebesse as consequências das medidas em curso. Acontece, porém, que este ME parece estar a especializar-se na aplicação de medidas que destroem a Escola Pública, baixam a qualidade do Ensino e agravam a chaga social do desemprego.

Queira ou não, a sua inexistência ficará indelevelmente ligada ao papel desempenhado em tempos tão tristes, tão negros e tão violentos como os que vivemos. Tempos, porém, que não podem retirar-nos a esperança. Essa persistirá e nela encontraremos a força necessária para prosseguirmos uma luta que vai longa e difícil. ●

**MÁRIO NOGUEIRA**  
(Secretário-Geral da FENPROF)

## Acção de impugnação da redução salarial

# Governo será julgado pelas ilegalidades

JOAQUIM PÁSCOA (Membro do SN da FENPROF)

A redução salarial imposta pelo governo, com a concordância do PSD e CDS, é o que normalmente chamamos de vigarice pura e simples.

Começou pela ausência de negociação (apenas houve troca de documentos e umas reuniões onde os Sindicatos foram informados da decisão do Governo) e continuou nos recibos de vencimento, quando os professores se viram confrontados com uma “taxa de redução remuneratória”, inventada por Teixeira dos Santos. Os recibos, também eles fraudulentos, apresentam um vencimento ilíquido que, de facto, já não existe, pois foi reduzido pela “taxa” inventada pelo Governo.

Esta redução, assumida pelo Governo para resolver o problema do défice do Estado, servirá apenas para ajudar a pagar os prejuízos dos bancos e a garantir aos agiotas internacionais que terão os seus rendimentos de volta.

O recibo de vencimento, que deverá corresponder à situação de cada professor, inclui um salário ilíquido que, de facto, já não existe, porque a tal “taxa” já lhe retirou, pelo menos, 3,5%, sendo que todos os outros descontos passam a ser feitos sobre o verdadeiro ilíquido actual.

Consideramos que esta forma de actuar, além de prepotente, é ilegal. Por este motivo os Sindicatos da FENPROF interpuseram várias Providências Cautelares Antecipatórias visando impedir que o Ministério da Educação e as Instituições de Ensino Superior procedam aos cortes nos salários.

No seguimento das acções de luta contra estas medidas do Governo, foram disponibilizadas minutas para os professores/educadores reclamarem logo que o corte salarial se verifique. Esta reclamação pode ser apresentada pelos docentes à entidade que processou o seu vencimento durante os quinze dias úteis após o conhecimento do acto de processamento do vencimento.

As reduções salariais, aliadas ao brutal aumento de impostos e aos cortes nos apoios sociais poderão, de acordo com vários economistas, levar o país à recessão. De facto, são também uma mentira: não pouparão nada e haverá menos cobrança de impostos. Na lógica



do Governo, poderá mesmo ser necessário novas reduções.

Não se mexe um milímetro onde se devia mexer: nos gabinetes ministeriais superpovoados, nas aquisições a empresas privadas quando o mesmo serviço poderia ser feito pelos trabalhadores da administração pública, nos institutos públicos criados para colocar desempregados políticos pagos a peso de ouro, nos pareceres elaborados a pedido. Onde o governo devia poupar não poupa, mantendo os privilégios de altos dirigentes e estruturas despesistas como acontece com gabinetes ministeriais, alguns institutos e despesas com a aquisição de serviços a empresas privadas (publicidade, pareceres, etc.). Consta que se gastou mais em pareceres para justificar os cortes salariais do que se irá arrecadar com estas reduções.

É necessário que todos nós responsabilizemos José Sócrates e o seu Governo pelo descalabro em que lançaram o país. Mas têm que ser responsabilizados não apenas através destas acções administrativas e judiciais mas também politicamente.



**Onde o governo devia poupar não poupa, mantendo os privilégios de altos dirigentes e estruturas despesistas como acontece com gabinetes ministeriais, alguns institutos e despesas com a aquisição de serviços a empresas privadas**

Reafirmamos que é possível outro caminho para resolver os problemas que afligem a Escola Pública, os professores e os trabalhadores em geral, um caminho que não passe pelo congelamento das reformas, pelo ataque aos apoios sociais e ao direito à saúde, pelo aumento brutal dos impostos. É necessário defender e reforçar o papel das funções sociais do Estado e valorizar os trabalhadores da administração pública. ●

Providências Cautelares:

## O dedo na ferida da ilegalidade

JOSÉ MANUEL COSTA  
(Membro do SN da FENPROF)



Todas as providências cautelares interpostas pelos sindicatos da FENPROF foram aceites, aguardando decisões dos tribunais.

A Lei do Orçamento de Estado para 2011 determinou a redução dos salários dos trabalhadores da Administração Pública superiores a 1500 €, incluindo todos os docentes integrados nas carreiras, tanto dos educadores de infância e professores dos ensinos Básico e Secundário, como do Ensino Superior e Investigação.

Os sindicatos da FENPROF, bem como vários outros representantes de outros sectores profissionais, não podiam aceitar passivamente esta situação, decidindo levar a cabo várias acções de combate a uma medida considerada injusta, ilegal e inconstitucional.

Num primeiro passo nesse sentido, foram entregues, a partir do dia 5 de Janeiro, em vários tribunais administrativos e fiscais do país, incluindo as regiões autónomas, providências cautelares, visando, se possível, impedir que a redução salarial viesse a ser aplicada aos salários de Janeiro. Todas as providências entregues pelos Sindicatos membros da FENPROF foram aceites, ainda que nenhum juiz tenha decretado a suspensão da eficácia da medida. Um eventual decretamento provisório, por qualquer dos tribunais, teria suspenso o corte salarial que o Governo PS, unilateralmente, decidiu e que o PSD viabilizou no Parlamento.

Mas o não decretamento não significa a inexistência de ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no corte salarial, pois qualquer das providências poderá ainda ser decidida favoravelmente, podendo até tal decisão surgir a tempo de impedir idêntico corte nos vencimentos de Fevereiro. Mas, mes-

mo não o sendo, a decisão não será final, pois essa só se conhecerá após decisão sobre as acções principais que serão interpostas mais tarde, após essa decisão das providências cautelares.

Portanto, e ao contrário do que alguns órgãos de comunicação social veicularam, nomeadamente a SIC, nenhuma delas foi rejeitada, tendo cada juiz estipulado um determinado prazo para as entidades demandadas [Ministério da Educação, Ministério das Finanças e da Administração Pública e as diversas instituições de Ensino Superior] contestassem a argumentação usada. Aliás, no tocante ao Ensino Superior, uma providência cautelar específica demandando a Universidade do Porto foi imediatamente decretada, com o TAF do Porto a proibir expressamente aquela Universidade de executar o acto pretendido, que era o de a todos os docentes efectuar a redução pela taxa máxima de 10%, independentemente do vencimento ilíquido auferido naquela instituição, no pressuposto do desconhecimento de outras prestações que eventualmente tivessem.

Independentemente do curso das acções agora desencadeadas, e como os salários de Janeiro foram processados com o corte previsto, no dia 25 de Janeiro os educadores de infância e os professores dos ensinos básico, secundário e superior apresentarão a adequada impugnação nos respectivos serviços processadores do seu vencimento, como se dá conta noutra peça neste número, assim como serão ainda desenvolvidas outras acções de denúncia e contestação, junto de instâncias nacionais e internacionais. ●

Cortes nos salários e congelamento das progressões

## FENPROF responde juridicamente

FÁTIMA ANJOS  
(Jurista. Gabinete Técnico-Jurídico da FENPROF)

Tal como era esperado, a Lei do Orçamento (Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro) veio prever, a partir de 1 de Janeiro, cortes salariais aos trabalhadores com funções públicas e o congelamento das progressões.

A FENPROF entende que estas medidas comportam a violação de normas e princípios constitucionais e decidiu encetar um conjunto de acções jurídicas, para obter a tutela dos direitos e interesses legalmente protegidos dos associados dos Sindicatos que a integram.

Tais acções consubstanciaram-se, até agora, na interposição de Providências Cautelares contra as entidades processadoras dos vencimentos de todo o pessoal docente do ensino público não superior e superior (Ministério da Educação e todas as instituições do ensino superior competentes) e ainda contra o Ministério das Finanças e da Administração Pública, num total de 12 (duas por cada um dos referidos Sindicatos).

O recurso a tal meio processual teve como objectivo obter a condenação das entidades demandadas a não promulgar actos administrativos de atribuição e processamento dos vencimentos dos associados dos referidos Sindicatos, relativos ao mês de Janeiro de 2011 e a todos os meses subsequentes, com fundamento no artigo 19º, nº 1 e 4, da citada Lei do Orçamento.

Entretanto, serão interpostos os processos principais, de que dependem as referidas Providências Cautelares, que visarão obter o reconhecimento do direito ao processamento dos vencimentos, em conformidade com o quadro normativo – legal, em vigor em 2010 e a condenação da Administração à abstenção do comportamento de emissão de actos administrativos ilegais.

Os meios processuais referidos sustentam-se genericamente na inconstitucionalidade formal e material dos supra identificados preceitos da Lei do Orçamento, respectivamente, por violação do disposto no artigo 56º, nº 2, c) da Constituição, que consagra o direito das associações sindicais de participarem na elaboração da legislação de trabalho (o que não sucedeu no caso) e por violação do “princípio da irretroatividade da remuneração”, decorrente dos artigos 1º, 9º,

# PS e PSD impedem projectos do PCP e BE

## Alterações ao ECD e à Avaliação de Desempenho esbarram no Bloco Central. JF à conversa com deputados



Ana Drago (BE)



Miguel Tiago (PCP)

Através das apreciações parlamentares n.º 52/XI e 56/XI/1.<sup>a</sup> apresentadas, respectivamente, por BE e PCP, o Estatuto da Carreira Docente voltou recentemente ao parlamento. Foi nesse âmbito que avaliação de desempenho, tempo de serviço, vinculação de docentes, prova de ingresso na profissão e tantos outros aspectos poderiam voltar a ser apreciados, sendo criadas condições para a correcção e/ou alteração dos aspectos mais negativos da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, matéria que suscitou enorme expectativa entre os professores e educadores portugueses.

Apresentamos já de seguida breves depoimentos do deputado Miguel Tiago (PCP) e da deputada Ana Drago (BE). | **JPO**

→ d), 59º, nº 1, a) e 2, a) e artigo 81º, a), da Constituição e do “princípio da vinculação total do legislador orçamental ao quadro legal pré-existente”, constante do artigo 105º, nº 2, também da Constituição.

Para além das iniciativas de natureza jurídica enunciadas, os Sindicatos integrantes da FENPROF também já começaram a distribuir massivamente, pelos docentes de todos os níveis e graus do ensino público, minutas de reclamação, com vista à impugnação individual dos actos de processamento de vencimento, do mês de Janeiro de 2011, tendo em conta as especificidades inerentes aos referidos graus de ensino não superior e superior.

A constatação de situações concretas não abrangidas pelas minutas – tipo vai, entretanto, impondo, que os serviços jurídicos da FENPROF elaborem novas minutas a elas adaptadas (exemplo disso são as destinadas aos docentes que se encontram a exercer cargos de gestão ou com trabalho extraordinário atribuído, as quais também já se encontram a ser divulgadas).

A apresentação das referidas minutas de impugnação de vencimento têm como objectivo dar início a um procedimento que culminará, para aqueles que assim o entenderem, na interposição de acções judiciais nos Tribunais Administrativos competentes. As orientações complementares a ter em conta em todo este procedimento, designadamente os prazos a que o mesmo se encontra sujeito, encontram-se insertas, para consulta, não só no site da FENPROF, como nos dos Sindicatos que a integram.

Por outro lado, ao ter determinado o congelamento das progressões na carreira, a Lei do Orçamento veio também desencadear outras situações manifestamente lesivas dos direitos e interesses legalmente tutelados do pessoal docente cuja verificação impõe, do mesmo modo, uma intervenção e uma resposta no plano jurídico.

Exemplo disso, são os docentes que iriam completar seis anos de serviço, no índice 245, depois de 1-1-2011, os quais, não só vêem inviabilizado o seu reposicionamento no índice 299, garantido pelo artigo 8º, nº 1 do D.L. nº 75/2010, de 23 de Junho (que procedeu à alteração do E.C.D.), como se viram ultrapassados, em termos de progressão na carreira, por docentes com menos tempo de serviço (os que não detinham 5 anos de serviço no índice 245, à data da entrada em vigor do referido diploma legal) que, entretanto, progrediram ao índice 272.

Por configurar um inequívoco atropelo aos princípios do Estado de Direito Democrático, da igualdade e da proporcionalidade, esta situação também já está a merecer acompanhamento jurídico, através da respectiva denúncia ao Provedor de Justiça e do recurso a meios impugnatórios, devendo os lesados dirigir-se, para o efeito, aos serviços competentes dos respectivos Sindicatos. ●

### 1. Qual era, numa perspectiva geral, o objectivo das bancadas do PCP e do BE ao apresentarem as referidas Apreciações Parlamentares?

**Miguel Tiago:** Tendo em conta a impossibilidade de tornar o actual estatuto de carreira docente num documento com o qual o PCP pudesse concordar, decidi o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português avançar no sentido da minimização dos impactos negativos do actual estatuto, particularmente tendo em conta as matérias que constavam das reivindicações do sector e dos seus sindicatos e que acabaram por ser marginalizadas pelo Governo na mesa das negociações.

**Ana Drago:** O objectivo era contrariar alguns aspectos negativos introduzidos no Estatuto da Carreira Docente nos últimos cinco anos, que contrariam frontalmente o espírito da carreira docente. Entre outros aspectos, a proposta do BE apontava para a recuperação do quadro de escola e para a reposição de uma justa contagem do tempo de serviço dos docentes, tornando mais curtos os tempos de permanência em cada escalão, em especial nos primeiros escalões, entre outros objectivos. A nossa proposta apontava ainda para a integração excepcional dos professores contratados, boa parte deles já com muitos anos de serviço prestado nas escolas, correspondendo na prática a necessidades permanentes do sistema. Uma última palavra para sublinhar a necessidade de mexer no modelo de avaliação, propondo um modelo menos pesado.

### 2. Do conjunto das propostas elaboradas pode destacar o mais importante?

**Miguel Tiago:** Questões como a prova de acesso à carreira, a contagem do tempo de serviço, as restrições numéricas à progressão na carreira, o reposicionamento nos escalões, a eleição do relator para os procedimentos de avaliação, as regras para a elaboração dos horários de trabalho e as componentes lectiva e não lectiva do trabalho dos professores, persistiam como alvos da intervenção do Grupo Parlamentar do PCP após a publicação das alterações ao Estatuto. Dessa forma, a resolução desses problemas foi alvo de várias propostas do PCP, no quadro da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência. Também aproveitei para lembrar que o PCP acabou de propor na Assembleia da República a suspensão do processo de avaliação de desempenho docente, em paralelo com a apreciação parlamentar, tendo este sido rejeitado com os votos contra do PS, CDS e PSD.

**Ana Drago:** Todas as propostas se complementam e têm importância semelhante na vida sócio-profissional dos docentes.

### 3. Como é que interpreta o facto das propostas apresentadas terem sido recusadas?

**Miguel Tiago:** PSD, CDS e PS inviabilizaram, através de uma concertação de votos contra e abstenções, todas as propostas de alteração do PCP, de forma indiscriminada. No essencial, confirmam o seu papel e as suas atitudes, também já afirmadas pelo PSD no início da presente legislatura ao votar ao lado do governo contra os professores. Particularmente numa altura em que os holofotes da comunicação social já não iluminam da mesma forma este debate, PSD e CDS sentiram-se confortáveis ao viabilizar a política do Governo. Aliás, a discussão política

e as diversas decisões tomadas por estes partidos nos momentos em que essas decisões realmente importam, mostram bem o quão distante está a prática política de PSD e CDS (e também do PS) dos seus discursos eleitorais e eleitoralistas. As imposições, limitações e outras restrições colocadas aos direitos dos professores resultam directamente de uma política de desvalorização do trabalho e da formação, de cortes salariais e de retirada de direitos que é partilhada e até estimulada por CDS e PSD, como vimos também nas discussões em torno do Orçamento do Estado para 2011, principalmente, com o apoio explícito do PSD.

**Ana Drago:** A bancada do Partido Socialista está de facto apostada na *perseguição* aos professores e educadores portugueses, dando o seu aval às alterações do ECD avançadas pelo Ministério da Educação. Quanto ao PSD e ao CDS, é o lavar de mãos. Abstiveram-se em todas as propostas apresentadas...

### 4. E no futuro como é que o seu Grupo Parlamentar vai continuar a acompanhar esta matéria?

**Miguel Tiago:** O trabalho parlamentar não permite uma intervenção a todo o tempo sobre uma determinada matéria, pois depende também, como neste caso, da acção legislativa propriamente dita. No entanto, a pressão, o combate político, a denúncia das situações vividas nas escolas diariamente, podem ser levadas a cabo quotidianamente, como forma de manter uma intervenção permanente de denúncia e combate a esta política educativa e de gestão dos recursos humanos da educação. Todavia, mais do que julgar determinante a intervenção institucional do

Grupo Parlamentar, que é importante, o PCP reafirma o seu compromisso em defesa da escola pública, dentro e fora do parlamento, nas escolas e em todas as esferas da intervenção política e partidária. Da mesma forma, reitera o seu empenho na dinamização da luta dos trabalhadores da educação, como forma mais resoluta e determinante para este combate. Assim, além da intervenção parlamentar permanente e persistente, como temos demonstrado diariamente ao lado dos afectados por esta política. Simultaneamente, o PCP constrói uma alternativa política de esquerda a esta governação, também apresentando e valorizando propostas que ofereçam a todos os professores a capacidade de alterar a actual correlação de forças políticas para uma que lhes seja mais favorável.

**Ana Drago:** Vamos continuar atentos às negociações entre o Ministério da Educação e os Sindicatos, na perspectiva da defesa da escola pública e da estabilidade profissional dos docentes.

Estamos a acompanhar de perto este debate. A 8 de Fevereiro teremos a Ministra da Educação, Isabel Alçada, no Parlamento por solicitação do Bloco de Esquerda, para esclarecer a situação criada nas escolas e as dificuldades colocadas aos professores. Pensamos que este modelo de avaliação vai acabar por cair. Já não faz sentido manter um modelo punitivo, cujo único objectivo era prejudicar as progressões, tanto mais que estão congeladas! ●

Farsa da avaliação do desempenho cria dificuldades

## Suspensão é urgente para se iniciar revisão do diploma

O Ministério da Educação impõe aos docentes a aplicação de um modelo de avaliação do desempenho inexequível, sem revelar qualquer preocupação face às implicações que as suas decisões têm na organização pedagógica e no funcionamento das escolas.

Só que os problemas existem, e têm provado a inaplicabilidade deste modelo de avaliação do desempenho, obrigando o ME a divulgar orientações, através de circulares, que contrariam os decretos-regulamentares e o próprio ECD, para além de subverterem ainda mais o já de si negativo modelo de avaliação. De acordo com tais orientações, tudo é possível (mesmo que vá contra o que está legislado) desde que os implicados directamente no processo (relator e avaliado) dêem a sua concordância, através de uma declaração escrita. Desta forma, o ME passa toda a responsabilidade para os docentes, e cria condições para que, se o processo correr mal (e tudo indica que assim irá acontecer!), a responsabilidade seja dos implicados porque se “disponibilizaram de livre vontade” a praticar ilegalidades, sendo quem terá de assumir as consequências dos actos praticados.

Não podemos admitir que o ME imponha a sua vontade, como se estivessemos perante uma questão menor de que não resultariam problemas. Não é assim e um processo que, desde o seu início, não tem respostas às inúmeras dúvidas suscitadas por legislação pouco esclarecedora, desadequada à realidade das escolas e sem um objectivo que seria verdadeiramente importante (carácter formativo): identificar problemas para os solucionar. Não, este modelo é, por si só, um grave problema!

Temos que protestar!  
E devemos fazê-lo.

Individualmente (por escrito), sempre que a legislação não dê respostas, concretas e compreensíveis, às dúvidas sobre a aplicação prática do modelo, ou estejam a ser impostos procedimentos ilegais;

Colectivamente, através das tomadas de posição (assumidas nas reuniões), exigindo a



suspensão imediata do actual modelo de avaliação do desempenho e a sua substituição por um modelo que seja formativo, simples e não perturbe, antes ajude as escolas nas respostas educativas que deve prestar, contribuindo para a sua qualidade.

Estas tomadas de posição reforçarão a legitimidade da Federação Nacional dos Professores para exigir, junto do ME, o início do processo negocial de alteração do modelo, previsto para o final do ano lectivo, mas que deverá começar já.

É nossa responsabilidade dizer **NÃO** a propostas e orientações que nos serão prejudiciais no futuro, nomeadamente no que respeita às condições de exercício profissional, e nada acrescenta à qualidade do ensino, pelo contrário, ao perturbar as escolas, esta avaliação é um forte obstáculo a que a qualidade se eleve.

Razões não faltam para prosseguirmos a luta, incluindo nela também este importante combate. ●



ANA SIMÕES (Membro do SN da FENPROF)

### PRIMEIRA PALAVRA – INELEGIBILIDADE

O Ministério da Educação está a dar orientações aos directores dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) para que estes alterem as suas candidaturas ao financiamento pelo POPH, com data de Setembro de 2010, ou seja, para um período ficcionado da utilização desse capital. Esta acção do Governo, que pode não só pôr em causa a idoneidade profissional dos docentes envolvidos, como também suscitar inspecções às escolas por suspeita de violação das regras para a candidatura ao POPH, é absolutamente condenável, já que decorre das alterações ao financiamento dos TEIP por via do Orçamento de Estado para 2011. Este Orçamento transfere para a comunidade europeia a responsabilidade de financiamento destas escolas que até hoje pertenciam ao Estado português. A inexistência de previsibilidade na utilização das verbas necessárias, leva a que seja o próprio governo a solicitar aos professores que tornem viáveis verbas que são inelegíveis. A FENPROF exigiu seriedade e respeito pelos docentes portugueses em geral e pelos directores dos TEIP, em particular, garantindo o acompanhamento não só do problema como de eventuais represálias ou complexos jurídicos que decorram de eventuais orientações que sejam enviadas às escolas, agora por escrito, já que tal ainda não aconteceu.

### SEGUNDA PALAVRA – IMPUNIDADE

Há direcções de instituições do ensino particular e cooperativo, a mando dos seus proprietários que estão a proceder ao despedimento de docentes, à transferência de local de trabalho para estabelecimentos do mesmo grupo empresarial, à redução do horário e/ou à “confiscação” de parte do seu salário, à margem da lei e de forma injustificada. Para esse efeito

criaram um ambiente de terror em torno da ideia de risco de “insolvência” da empresa, mas sem recorrer aos artificios existentes no Código de Trabalho e, por isso, completamente à margem da lei. Estas ilegalidades são muitas vezes acompanhadas pela aceitação de algumas restrições laborais, por muitos docentes que, sem estarem na posse de informação sobre os seus direitos ou por desconhecerem efectivamente a situação da empresa e da conta bancária dos seus proprietários, acabam por aceitar brutais reduções salariais, deslocalizações dos seus postos de trabalho e ablações no horário contratualizado, por julgarem que o contrário significará a perda do emprego. A FENPROF está a realizar uma ampla campanha de sensibilização dos professores e reuniões em muitos colégios para dar a informação e o apoio que estes profissionais precisam. Pergunta-se, contudo, penso que com toda a legitimidade: Estes proprietários sem escrúpulos continuarão a passar impunes? Para quando a fiscalização desta actividade económica e do enriquecimento de muita desta gente? Temos consciência que o Estado, através da utilização de dinheiros públicos providos dos salários de todos os portugueses, está a financiar outras actividades, económicas e religiosas? Conhece-se publicamente quanto foi a margem de lucro oferecida aos proprietários dos colégios nos últimos 20 anos e qual a que se manterá, apesar das alterações entretanto introduzidas na lei? Há consciência de como as famílias e os trabalhadores dos colégios estão a ser utilizados para defesa dos lucros de um punhado de pessoas/interesses? ●



LUÍS LOBO | luis.lobo@sprc.pt

## UM POSTAL POR CONCURSOS EM 2011!



## ASSINA O POSTAL!

ENVIAR PARA O ME. OU FAZ CHEGAR A QUALQUER SINDICATO DA FENPROF!

## GESTÃO: situação nas escolas é muito crítico

# FENPROF organiza acção e reúne com órgãos de gestão

MANUELA MENDONÇA (Membro do SN da FENPROF)

Em finais de Dezembro, o Departamento de Política e Sistema Educativo da FENPROF promoveu uma reunião alargada para debate de questões relativas à direcção e gestão das escolas, tendo em vista a definição de uma estratégia para a intervenção sindical nesta área.

Da discussão concluiu-se ser necessário reafirmar claramente quatro ideias:

- O modelo de gestão actualmente em vigor representa um retrocesso em termos democráticos, tendo mais de comum com as práticas do fascismo do que com as que se desenvolveram nas escolas depois do 25 de Abril. É o regresso da filosofia do reitor, alguém que representa o ME dentro de cada escola e que, como diz Licínio Lima, “fala grosso para baixo e fininho para cima”.

- Estamos assim perante um processo de recentralização da Administração Educativa, que vai contra o que a Lei de Bases do Sistema Educativo preconiza: uma descentralização assente em estruturas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, com competências distribuídas aos vários níveis. Neste contexto de recentralização o reforço da autonomia das escolas não passa de retórica discursiva, uma vez que, como o Relatório Final do Conselho de Acompanhamento e Avaliação do DL 172/91 já deixava claro, “não se muda a escola sem mudar o sistema”.

- Este modelo de gestão existe porque para garantir professores obedientes e acrílicos é necessário um modelo de gestão de pendor hierárquico que, de forma autoritária, limite a autonomia profissional dos docentes e subordine o seu trabalho a orientações externas visando a obtenção de resultados e metas centralmente definidos, sem olhar ao contexto concreto de cada escola.



- A constituição de mega-agrupamentos é de resto um exemplo de como a identidade e a história das escolas enquanto organizações educativas concretas nada valem para uma administração que valoriza mais o controlo e a racionalização de meios do que de a qualidade educativa. Esta reestruturação da rede vem em contra ciclo ao que vem sendo feito noutros países (por ex. EUA) onde as grandes escolas encerram para dar lugar a escolas mais pequenas, espaços mais humanizados, onde uma gestão de proximidade tem demonstrado representar uma mais-valia na promoção do sucesso educativo e no combate ao abandono escolar. Os mega-agrupamentos que estão a ser impostos no nosso país são organizações ingeríveis e vão prejudicar seriamente as escolas e os alunos.

### Mega-agrupamentos não são solução

Dadas as graves implicações desta reestruturação da rede no funcionamento das escolas e na própria organização do sistema educativo, e sabendo que este é um ano decisivo para a consolidação (ou não) deste processo, a FENPROF vai promover a curto prazo, em Lisboa, uma iniciativa nacional sobre esta temática, onde pretende dar

visibilidade aos problemas acrescidos com que as escolas se confrontam, divulgando os dados (quantitativos e qualitativos) de um levantamento realizado junto dos 84 mega-agrupamentos constituídos no final do ano lectivo passado.

### Reuniões com dirigentes das escolas

Uma outra perspectiva saída da reunião é a necessidade dos sindicatos manterem contactos regulares com os órgãos de administração e gestão dos estabelecimentos de ensino, tendo em vista a partilha de preocupações relativas ao funcionamento das escolas.

Neste sentido, as Direcções dos Sindicatos estão a promover reuniões com dirigentes das escolas, onde estão a ser abordadas questões relativas ao processo de avaliação do desempenho, assim como ao impacto na vida das escolas das medidas de restrição orçamental que têm vindo a ser anunciadas, como as alterações curriculares e a reestruturação da rede escolar.

Para além destes, estão previstos outros encontros para analisar os desenvolvimentos das políticas que vão ser implementadas, entre as quais a criação de mais mega-agrupamentos. ●

## Reestruturação da rede com fortes implicações no emprego dos professores e educadores

FRANCISCO ALMEIDA (Membro do SN da FENPROF)

Vamos voltar a encher as ruas e praças do país em defesa da Escola Pública, do emprego e dos direitos dos professores!

A resolução do Conselho de Ministros publicada no passado dia 27 de Dezembro não deixa lugar para dúvidas – no final do ano lectivo passado o Governo eliminou 5.000 empregos de professores e educadores com a constituição de mega-agrupamentos e o abate de escolas do 1º Ciclo e jardins de infância. O Governo assume claramente os efeitos dessa decisão na página dois da referida resolução e mais adiante na página seis afirma que esse processo é para prosseguir e “aprofundar”.

Na edição de Outubro do JF afirmámos que “nem tudo é já visível, mas o que já se conhece da constituição de mega-agrupamentos impostos pelo Governo permite afirmar que se trata de uma miserável medida que acrescentou instabilidade à vida das escolas, degradou o serviço público de educação e agravou o elevado nível de desemprego na profissão docente e no país. Neste momento era difícil fazer pior ...! Ora, aí estão as decisões do Governo a confirmar o pior cenário que então se antevia – 5.000 horários já foram eliminados com a constituição de 86 mega-agrupamentos e se o Governo conseguir concretizar as suas opções neste

domínio, mais 12.000 serão suprimidos.

Em todos os seus documentos e declarações o Governo não quer saber da degradação da qualidade das escolas ou das condições de trabalho, estudo e aprendizagem. O Governo não mostra qualquer preocupação com as dificuldades criadas na vida, na organização e no funcionamento das escolas.

O Governo assume esta orientação com um único objectivo – cortar no investimento em educação qualquer que seja o custo na qualidade da Escola Pública portuguesa.

Com a constituição de mega-agrupamentos serão destruídos mais de 12.000 empregos de professores e educadores, mas o conjunto das decisões do Governo se forem concretizadas matarão mais de 40.000. Em causa estará o emprego de milhares de profissionais contratados e dos quadros de escola e agrupamento.

Os professores, os pais, as crianças e o jovens que paguem a nacionalização dos prejuízos dos BPN's todos. A Escola Pública que pague o que os bancos não pagam em impostos. O futuro do país que seja hipotecado à estranha justiça que permite que meia dúzia escape aos impostos por antecipação de lucros, por ocultação de rendimentos nos offshore ou na economia paralela.

“ O país não está condenado a suportar esta política. Os portugueses não estão condenados a este recuo civilizacional. Com a luta de quem trabalha é possível mudar de rumo! ”

De par com outras questões, é esta orientação e opção políticas que é importante continuar a combater. Já o fizemos em inúmeras iniciativas, nomeadamente na Greve Geral de 24 de Novembro, mas vamos ter que continuar a fazê-lo. Vamos ter que voltar a encher as ruas e praças do país em defesa da Escola Pública, do emprego e dos direitos dos professores.

O país não está condenado a suportar esta política. Os portugueses não estão condenados a este recuo civilizacional. Com a luta de quem trabalha é possível mudar de rumo! ●

### Acções de Impugnação Cargos de Gestão e Horas Extraordinárias

Há duas situações em que os cortes salariais introduzem duas variáveis inovadoras, do ponto de vista do ainda maior agravamento dos salários dos trabalhadores. Uma é aquela em que pelo exercício de cargos de gestão o docente obtém um salário líquido inferior à dos seus colegas na mesma situação profissional e fiscal, pela acumulação de um subsídio decorrente do próprio exercício do quadro. A outra é a que resulta da aplicação da fórmula de cálculo da taxa de redução da remuneração aos docentes que permanente ou conjuntamente obtenham um pagamento de horas extraordinárias. Também neste caso o salário é menor do que a dos seus colegas que não tenham qualquer acréscimo de horário. Lembra-se, pois, que, sendo de 15 dias o prazo, após o acto administrativo que oficializa essa redução (recepção do recibo de vencimento de Janeiro), para apresentar reclamação, a FENPROF e todos os seus sindicatos disponibilizam nas seus sítios (ou nos respectivos atendimentos técnico-jurídicos) as respectivas minutas. ●



## Ministério opera privatização encoberta pela Parque Escolar: Escolas pagam fortunas para funcionar

ANTÓNIO NABARRETE (Membro do SN da FENPROF)

**Em 2011, as escolas portuguesas, intervencionadas pela Parque Escolar, vão pagar àquela empresa uma renda anual que se situa entre os 350.000 e os 500.000 euros.**

Se olharmos para as mais de 100 escolas que já passaram para a sua dependência, concluiremos que a Parque Escolar vai encaixar um valor muito perto de 50 milhões de euros só no corrente ano de 2011. Valor que triplicará daqui a cinco anos quando o programa de intervenção atingir as 330 escolas. Em Outubro de 2010, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução que reservou um total de 60 milhões de euros (mais IVA) para esta finalidade, dos quais 11,5 milhões se destinaram ao pagamento de rendas retroactivas das escolas já sob a alçada da Parque Escolar. Esta privatização encapotada representará, daqui a três anos, um encargo anual para os cofres do Estado a rondar os 160 milhões de euros. O equivalente ao valor dos brutais cortes salariais que o Governo pretende impor este ano aos professores.

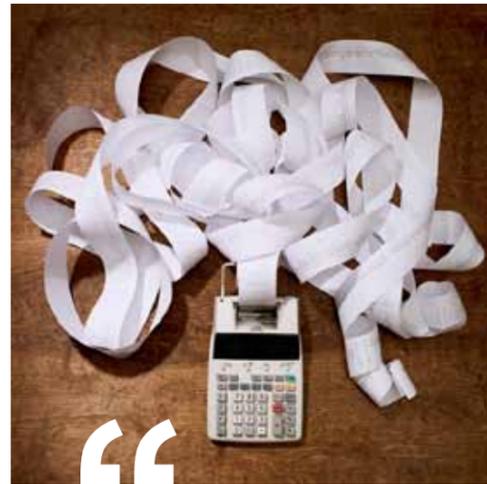
Os contratos que estão a ser celebrados entre a Parque Escolar e as escolas terão uma duração de 10 anos e as rendas previstas servirão, segundo a empresa, para cobrir duas componentes essenciais ao processo de modernização: compensar os custos operacionais respeitantes à manutenção preventiva e correctiva das escolas e demais equipamentos, assim como os seguros que tem a obrigação de pagar, e conseguir fundos para o pagamento dos encargos com o serviço da dívida respeitante

ao investimento não suportado pelo Estado ou Fundos Comunitários. Resumindo: as dívidas à banca. Neste momento a empresa já se endividou em montantes que se aproximam perigosamente dos 1.500 milhões de euros. Valor que escapa ao controlo do Tribunal de Contas e faz “negaças” ao défice público.

Mas as rendas, os apoios directos do Estado e o endividamento externo (muito pouco controlado) não constituirão a única fonte de rendimento da empresa Parque Escolar, já que esta passará a gerir e a arrecadar 50% dos alugueres dos espaços escolares atractivos, como pavilhões, auditórios e campos desportivos.

Juridicamente, o património da empresa é fundamental para garantir os empréstimos. Por isso, todas as escolas intervencionadas pela Parque Escolar irão passar para a sua propriedade. O Ensino Público irá perder a sua base material e, as escolas públicas, intervencionadas pela Parque Escolar, ficarão à mercê das flutuações do mercado de capitais.

A juntar a este acelerado processo de privatização dos estabelecimentos de ensino, os casos de compadrio na contratação dos vários serviços por parte da empresa Parque Escolar têm sido mais do que muitos. Mesmo quando a ilegalidade não está imediatamente à vista o ajuste directo garante que o dinheiro vai para os ateliers e construtoras do costume. E se é verdade que nalguns casos as escolas ganham condições materiais que permitem melhorar as condições de trabalho e de aprendizagem, noutros as intervenções são verdadeiramente abstrusas, como a que sucedeu na secundária de Gil Vicente, em Lisboa, que descaracterizou completamente um dos espaços escolares mais nobres do país, ao mesmo tempo que permitia que



**A juntar a este acelerado processo de privatização dos estabelecimentos de ensino, os casos de compadrio na contratação dos vários serviços por parte da empresa Parque Escolar têm sido mais do que muitos.**

“escorressem” mais de 13 milhões de euros para os bolsos habituais.

A Escola Pública tem sido profundamente minada, em todas as suas vertentes, desde que este século despontou. Porém, se esta privatização encapotada das escolas (e a sua consequente perda total de autonomia material) não for travada a tempo, constituir-se-á como o instrumento mais decisivo no processo de destruição dos diferentes projectos educativos das escolas e uma arma letal contra o Ensino Público de qualidade. ●

## Ataque aos horários de trabalho põe em causa emprego docente

JOÃO LOUCEIRO (Membro do SN da FENPROF)

**O Governo quer voltar a cortar no crédito de horas às escolas. Se for cumprida a sua vontade, a esmagadora maioria das escolas e agrupamentos passarão a contar com 4, 6 ou, na melhor das hipóteses, 8 horas, mesmo onde anteriormente e lutando já com manifestas insuficiências contavam com créditos entre 100 e 200 horas... Qualquer coisa como 6000 horários a menos.**

A este adicionam-se outros expedientes como ainda mais tráfico de funções e cargos para a componente não lectiva de estabelecimento (3000 horários) ou a eliminação das reduções lectivas para o desporto escolar (1000). E como, de alguma maneira, as escolas vão ter de continuar a funcionar com tantos cortes, é apontada uma saída parcial para a bronca: acabar novamente com a definição de um número mínimo de horas para trabalho individual (hoje, 8, 10 ou 11 horas), entregando na mão dos directores a prenda envenenada de a diminuírem em função das pressões que sofram e das preferências que tenham.

Estas medidas fazem parte do projecto de despacho “de organização do trabalho nos agrupamentos ou escolas não agrupadas” que o ME quer publicar sem discussão e negociação com as organizações representativas dos professores. O Governo do PS, sob o comando do Ministério das Finanças que o da Educação nem manda nem risca, inventou também a desnecessidade de negociar matérias de duração e organização dos horários de trabalho! Percebe-se facilmente ao que anda o Governo, mas a FENPROF não o aceita. É intolerável que a definição de regras como as dos horários seja um acto unilateral e autocrático. É a democracia emagrecida na razão inversa das malfeitorias que o Governo inventa.

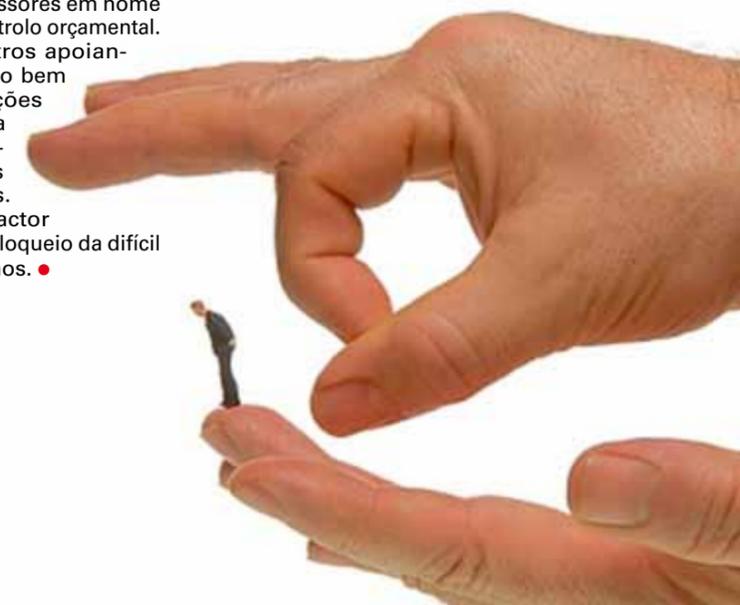
A engenharia para fazer desaparecer horários de trabalho manifesta-se também noutras medidas ditas de “consolidação e controlo orçamental”: redução das condições para a direcção e gestão das escolas, atribuição de turmas aos professores bibliotecários, alteração das reduções horárias dos coordenadores de estabelecimento, amputações nas equipas do Plano Tecnológico, redução das situações de mobilidade e, já em aplicação, a consideração do horário nocturno apenas a partir das 22 horas... Mais 5.000 a 6.000 horários artificialmente eliminados das escolas.

A ministra da Educação iniciou o mandato descobrindo, no Parlamento, entre esgares e sorrisos, a urgência da alteração dos horários dos professores de forma a que pudessem concentrar-se no mais importante... Uma declaração que poderia ter tido importância, feita por uma ministra que ainda se julgava, a si própria, com importância... Já na revisão do ECD o ME não quis mexer, afinal, nas questões de horários; ficaria para a posterior negociação do despacho de organização do ano escolar. Depois, negando a espectável seriedade, o ME fugiu à negociação e as regras dos horários mantiveram-se más para este ano. E agora, sob a batuta das Finanças, o ME quer voltar ao ataque aos horários dos professores, continuando esta persistente linha programática dos governos do PS. O objectivo está à vista: retirar às escolas dezenas de milhar de professores. O Governo ataca violentamente a qualidade da Escola Pública e prepara-se para lançar para o desemprego muitos milhares de professores em nome da dita consolidação e controlo orçamental.

Eles, Governo e outros apoiantes destas políticas, estão bem instalados em tais opções e medidas. A nossa luta pode dificultá-las e revelar os caminhos para as alternativas necessárias. A nossa luta será um factor determinante para o desbloqueio da difícil situação que atravessamos. ●



**O Governo ataca violentamente a qualidade da Escola Pública e prepara-se para lançar para o desemprego muitos milhares de professores em nome da dita consolidação e controlo orçamental.**



# Campanha pelo emprego arranca

Na mira, grande iniciativa nacional em Março

MARIA DEOLINDA MARTIN (Dirigente do SPGL)

**A Educação é em Portugal, o sector da Administração Pública que absorve 95% da sua contratação, segundo um estudo feito pelo economista Eugénio Rosa.**

**A**FENPROF tem denunciado que a regra estabelecida pelo Ministério das Finanças – para 2 funcionários que se aposentam, só entra um – nunca foi cumprida no que diz respeito aos docentes, sendo que só se vincula 1 para 37 que se aposentam!

A tornar mais denso este quadro, o projecto de orientações curriculares para o ano lectivo de 2011/2012, torna claro para toda a Comunidade Educativa, que não serão contratados cerca 40.000 de professores e que centenas de lugares de quadro estarão em situação de horário zero.

Perante este cenário, a FENPROF tem a decorrer uma campanha cujo objectivo central é a mobilização de todos os docentes, independentemente do seu vínculo, pois há quem seja sistematicamente contratado no início do ano lectivo, ano após ano, preenchendo horários completos e auferindo um salário idêntico ao dos que estão no início da carreira, agredidos muitos deles nos seus direitos pela introdução da avaliação na graduação profissional, que provocou ultrapassagens de centenas de lugares na lista ordenada nacional. Como há ainda injustiças, não corrigidas, de quem pelo facto de pertencer a um quadro, era obrigado anteriormente, a concorrer a todo o país e por esse motivo, ainda se encontrar colocado longe da sua residência.

Enquanto todos olhamos apenas para o nosso problema individual, deixamos de ter a percepção do colectivo, pelo que esta campanha deseja estabelecer pontes e promover a unidade na luta em defesa da Estabilidade no emprego e da escola pública. Assim, esta campanha consiste:

- Na petição pela exigên-

cia de concursos nacionais para entrada em quadro, em 2011, que numa semana recolheu 12000 assinaturas;

- Na recolha de um postal que será entregue no dia 3 de Fevereiro, com uma acção de denúncia em frente ao ME, em Lisboa;

- Numa reunião com a Comissão de Educação da Assembleia da República onde foram colocadas as preocupações e exigências neste âmbito;

- Na realização de Plenários Distritais de Professores Contratados que ocorrerão entre 24 e 29 de Janeiro, integrando-se na luta global dos trabalhadores;

- Na afixação de faixas e mupis nas principais cidades do país com a denúncia do despedimento colectivo em curso na Escola Pública;

- Na afixação de pendões nas escolas alertando os pais para a situação para que o governo está a atirar o ensino dos seus filhos com estas medidas;

- Na realização de uma acção nacional, na rua.

A escola, tal como todos a conhecemos hoje, apesar das muitas dificuldades que vive, foi construída, com a luta e empenho dos muitos docentes que lá trabalham ou trabalharam, que tanto deram de si, para que este país melhorasse e desenvolvesse. Nada apareceu espontaneamente: muitos discutiram pedagogicamente, muitos fizeram formações, investigaram, propuseram, abdicaram de muito do seu tempo individual! Mas também fizeram greves, manifestações, vigílias, abaixo-assinados, protestos!

É esse esforço colectivo que hoje, em nome de interesses obscuros, está a ser posto em causa!

Assim, por todas as razões atrás expostas, isto diz-te respeito, participa! Esta luta é tua, mobiliza, traz outros contigo, porque o futuro é hoje! ●

“

**A escola, tal como todos a conhecemos hoje, apesar das muitas dificuldades que vive, foi construída, com a luta e empenho dos muitos docentes que lá trabalham ou trabalharam, que tanto deram de si, para que este país melhorasse e desenvolvesse**



Ensino Particular e Cooperativo

## Patrões, para ganharem milhões, roubam aos professores (nos salários e nos horários)

ANABELA SOTAIA (Membro do SN da FENPROF)

**A**brutalidade dos cortes orçamentais na Educação para 2011, na ordem dos 800 milhões de euros, está a colocar em causa aspectos fundamentais da organização pedagógica e do funcionamento das escolas, da sua qualidade educativa e das condições sócio-profissionais do pessoal docente e não docente e abre as portas para o que poderá a vir a ser o maior despedimento colectivo de sempre nesta área.

Esta é uma situação absolutamente inaceitável para a FENPROF pelo que significa de desinvestimento na educação e formação da população portuguesa, áreas cruciais para o desenvolvimento do país.

Estes cortes reflectem-se tanto no sector público, como no privado, neste último caso, através das recentes alterações às regras de financiamento dos estabelecimentos particulares e cooperativos com contrato de associação com o Estado.

Concordando a FENPROF com a existência de contratos de associação onde a rede pública de estabelecimentos seja inexistente ou insuficiente para garantir o direito constitucional de todos à educação e ao ensino, tem, no entanto, defendido, desde há muito, o imperativo e a neces-

sidade de uma avaliação periódica da verificação dos requisitos legais para a constituição destes contratos e de uma fiscalização rigorosa da utilização dos dinheiros públicos envolvidos para evitar que a Educação seja um negócio chorudo para alguns empresários à custa do erário público e dos direitos dos trabalhadores, como, infelizmente, tem vindo a acontecer em inúmeras situações.

Não significa isto, porém, que nos congratulamos com as alterações recentemente impostas pelo governo, pois para nós é inaceitável alterar as regras de financiamento a meio do ano lectivo, seja no ensino público, seja no ensino privado, sem ter em conta todas as suas consequências, quer no que respeita à sustentabilidade financeira e condições de funcionamento, quer no que respeita aos direitos e às expectativas das pessoas envolvidas – alunos, famílias e pessoal docente e não docente, para quem a realidade era uma no início do ano e agora, abruptamente, passou a ser outra.

Não podemos, igualmente, pactuar com as situações de irregularidade, ilegalidade, ameaça e chantagem, que na sequência destas alterações, estão a ser

perpetradas pelas entidades patronais de alguns estabelecimentos aos seus trabalhadores, docentes e não docentes. São absolutamente inadmissíveis e reprováveis as pressões que têm sido feitas sobre os docentes, no sentido de aceitarem cortes salariais, reduções de horário, transferência de estabelecimento ou a assinatura de novo contrato, o que em quase todas as situações é completamente ilegal, já para não falar dos inúmeros despedimentos que entretanto estão a acontecer.

À FENPROF, e porque o seu compromisso é com os professores, compete, neste contexto extremamente complexo, estar do lado e ao lado dos professores e irá fazê-lo como sempre fez, defendendo empenhada e inequivocamente os seus direitos sociais, laborais e profissionais. Por isso realizámos encontros de docentes do ensino particular e cooperativo em todo o país, (nos quais foi aprovada, por unanimidade, uma resolução – ver página seguinte), com o intuito de os apoiarmos na defesa da legalidade e dos seus direitos e de não se deixarem intimidar por todo o ambiente de pressão e intimidação de que estão a ser alvo. ●



Plenário realizado em Coimbra no dia 22 de Janeiro

## Resolução

# Professores do ensino particular e cooperativo aprovam Resolução em todo o país Respeito pelos direitos, justo financiamento da educação e ensino de qualidade

Inaceitavelmente, o Governo propôs e os votos dos grupos parlamentares do PS e PSD viabilizaram grandes cortes orçamentais na Educação, a concretizar já em 2011, com um primeiro reflexo em Janeiro e um fortíssimo impacto a partir de Setembro.

Directamente, a Educação sofre uma redução de 803 Milhões de euros, a que se juntam cortes elevadíssimos às autarquias, entidades que são fundamentais no sector educativo, sobretudo no apoio social aos alunos e suas famílias.

Tais cortes reflectem-se nos subsectores público e privado, pondo em causa aspectos essenciais da organização pedagógica, das condições de trabalho e do funcionamento das escolas, da qualidade das suas respostas educativas e ainda das condições sócio-profissionais de trabalhadores docentes e não docentes.

Também no Ensino Particular e Cooperativo, pairam sobre os docentes as ameaças de despedimento e de redução salarial, o que é de todo inaceitável, pelo que deverão ser combatidas e evitadas.

É neste contexto que os professores e educadores reunidos no dia 22 de Janeiro de 2011, consideraram:

- Absolutamente reprováveis as pressões que têm sido feitas sobre os docentes, no sentido de aceitarem cortes salariais, reduções de horário a meio do ano lectivo, transferência de estabelecimento ou a assinatura de novo contrato, o que em quase todas as situações é manifestamente ilegal;
  - Completamente inaceitáveis os despedimentos que têm sido feitos, em quase todos os casos, também de forma ilegal.
- Além disso, os professores e educa-

dores presentes exigiram:

- Um financiamento adequado da Educação que permita a todos os estabelecimentos de ensino, sejam particulares e cooperativos ou públicos, responderem com qualidade às exigências educativas com que estão confrontados. <sup>1</sup> Tal financiamento deverá ser igual, desde que respondendo a uma necessidade pública de ensino, independentemente da natureza da resposta <sup>2</sup>;
- Que o governo respeite os princípios legalmente estabelecidos para efeitos de contraturalização, tanto de associação, como simples e de patrocínio;
- Que as entidades titulares dos estabelecimentos particulares e cooperativos não antecipem normas que ainda não passam de projectos do Ministério da Educação, nomeadamente no que respeita aos currículos ou à organização do próximo ano escolar, com o único objectivo de reduzir despesas com o pessoal docente;
- Que sejam respeitados os direitos dos professores de acordo com o Código de Trabalho e Contrato Colectivo do sector, o que significa, de imediato, a recusa de alterações do horário de trabalho, de reduções salariais e de despedimentos;
- No que respeita às negociações que decorrem para revisão do Contrato Colectivo de Trabalho, os professores e educadores presentes consideram ofensivas as propostas apresentadas pela AEEP, pelo que recusam:
  - A existência de constrangimentos à progressão que afastem, definitivamente, a possibilidade de mais de 70% dos docentes atingirem o topo da carreira ainda que avaliados de Bom;

- O congelamento das progressões na carreira;
  - O aumento da duração da carreira para 36 anos;
  - A avaliação feita pelos alunos, por considerarem que avaliar é um processo de elevada complexidade e estes não têm, nem isso se lhes exige, competências avaliativas para intervirem num processo deste tipo;
  - A obrigatoriedade de apresentação do relatório de auto-avaliação no mês de Janeiro, independentemente de quando tem lugar a mudança de escalão, com a agravante de o ano de serviço ser perdido se tal não acontecer;
  - A obrigatoriedade e relevância da formação contínua na avaliação se esta não for de oferta gratuita;
  - A possibilidade de a entidade titular do estabelecimento, ignorando a avaliação feita pelos órgãos pedagógicos do estabelecimento, alterar a avaliação atribuída.
- Os professores e educadores do ensino particular e cooperativo, presentes nos vários plenários, disponibilizaram-se para pugnarem e lutarem pelos seus direitos, por um justo financiamento da Educação e por um ensino de qualidade. ●

(1) Alteração aprovada no Plenário de Lisboa: substituir o período seguinte por "Que sejam transparentes e públicos os critérios que determinam o custo por aluno e por turma quer nas escolas públicas quer nas escolas particulares com contrato de associação; que o financiamento seja igual em ambas as situações";  
(2) Adenda aprovada no Plenário de Coimbra: "... Independentemente da natureza da resposta e tendo em conta, no caso dos docentes, as despesas com salários e descontos para fins sociais e fiscais, independentemente da natureza da resposta;"

## Representantes da comunidade educativa reuniram com Comissão Parlamentar

Professores, trabalhadores não docentes, estudantes, pais, inspetores da educação e do ensino e psicólogos, reunidos no dia 13 de Janeiro, convergiram nas preocupações que têm sobre o futuro da Educação em Portugal, tendo em conta as políticas negativas que o governo continua a aprofundar e as medidas que, delas decorrentes, impõe às escolas.

Na ânsia de poupar, sobretudo em recursos educativos, dispensando professores e trabalhadores não docentes das escolas, medidas como a criação de mais mega-agrupamentos, as alterações curriculares propostas para 2011/2012, assim como as regras previstas para a organização desse ano escolar serão demolidoras das condições de organização e trabalho nas escolas e porão em causa a qualidade da Educação e do Ensino.

No passado dia 18, na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República (foto), professores, trabalhadores não docentes, estudantes, pais, inspetores da

educação e do ensino e psicólogos deram conta das suas preocupações e apelaram aos deputados e aos seus grupos parlamentares para que intervenham e ajudem a alterar o rumo desastroso que o governo está a dar à Educação.

FENPROF, FNSFP, STAL, SIEE, SNP, CNIPE e DNAESB convergem também na necessidade de, ainda este ano lectivo, ter lugar uma acção de grande convergência educativa e social que torne clara a necessidade de defender uma escola e uma educação de qualidade, capaz de cumprir os desígnios a que se sujeita e de responder eficazmente às exigências com que se confronta.

Nesse sentido, entendem ser necessário alargar a plataforma de convergência em que têm trabalhado, não só a outras entidades do sector que representam, mas também a outros sectores da vida nacional, como é o caso das autarquias, dos estudantes do ensino superior, do movimento sindical geral e, de uma forma mais ampla, de todo o movimento social. ●



### As organizações:

**FENPROF** (Federação Nacional dos Professores), **FNSFP** (Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública), **STAL** (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local), **SIEE** (Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino), **SNP** (Sindicato Nacional dos Psicólogos), **CNIPE** (Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação), **DNAESB** (Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Básico)

Pub

# I Conferência Nacional de Educação Financeira

15 Março 2011

Especialistas Nacionais e Internacionais

Saiba mais em [www.asfac.pt](http://www.asfac.pt)

**ASFAC**  
Associação de Instituições de Crédito Especializado



## Organização do ano lectivo 2011/2012 Nova e brutal ofensiva contra a Escola Pública

ANABELA DELGADO (Membro do SN da FENPROF)

Despacho sobre a organização do próximo ano lectivo – em causa os direitos dos docentes e a autonomia das escolas

Durante o ano escolar 2009/2010 a equipa do ME remetia sistematicamente a discussão/solução das questões colocadas pela FENPROF relativas à organização dos horários docentes para reuniões a realizar posteriormente com a intervenção do responsável da DGRHE. Todos os docentes ouviram a ministra Isabel Alçada afirmar no início do mandato que a questão dos horários dos docentes lhe mereceriam toda a atenção. Contudo, todos estamos recordados que, de adiamento em adiamento, o ME acabou por enviar já no final do ano lectivo às organizações sindicais um projecto de despacho para consulta fugindo à prometida negociação. À data, aparentemente o motivo poderia ter sido

justificado pelo atraso verificado na apresentação do projecto...

O resultado de tal atitude todos o estamos a viver nas escolas – tudo ficou na mesma: confusão entre actividade lectiva e não lectiva, marcação sistemática de reuniões já que até as que eram de marcação obrigatória nos horários (CEF) deixaram de o ser com a consequente ocupação das horas não lectivas de estabelecimento e, em alguns casos, de parte das horas da componente individual em actividades quantas vezes inúteis e desgastantes, aproveitando-se algumas direcções de escolas/agrupamentos da forma confusa como, tudo indica, positivamente estão redigidos os pontos de despacho que se referem às reuniões!

Procurou o ME convencer-nos que tudo ficaria resolvido com o “piedoso” artigo do despacho intitulado “Redução das tarefas administrativas”.

Surpreendentemente, ou talvez não, o ME, como “bom e obediente discípulo” apresentou, desta vez com largos meses de antecedência, um projecto de despacho agora chamado de “Despacho de organização do trabalho nos agrupamentos ou escolas não agrupadas” que, sem qualquer preocupação no plano pedagógico e pondo completamente em causa a pouca autonomia de que as escolas dispunham, não só mantém todas as medidas negativas relativas à organização dos horários de trabalho dos docentes, como as agrava. Desta vez, o ME assumiu claramente que as organizações sindicais não têm de negociar nada a este respeito e apenas têm direito a ser ouvidas – fica assim clarificado o espírito de diálogo e da vontade anteriormente expressa de negociar estas matérias.

De uma forma global o projecto é profundamente negativo e vem no mesmo sentido de outras medidas já tomadas como a extinção das áreas curriculares não disciplinares; a extinção do par pedagógico na disciplina de EVT do 2º ciclo – a diminuição de horas e créditos horários com vista à diminuição do número de docentes no sistema (a juntar aos que voluntariamente abandonaram por aposentação) está em marcha...

Ao mesmo tempo que o governo afirma defender a Escola Pública, ataca-a subrepticamente atirando para o desemprego e para a instabilidade milhares de docentes e agravando os horários e as condições de trabalho daqueles que ficam. Alguns exemplos de medidas contidas no projecto de despacho:

- Diminuição drástica do crédito horários das escolas/agrupamentos tendo como único critério para a sua atribuição, o total de horas de redução da componente lectiva que seus docentes usufruem ao abrigo do artigo 79º do ECD, sem qualquer ponderação quanto ao número de turmas como anteriormente acontecia. Isto é, para além das horas de crédito que foram já retidas às escolas agrupadas coercivamente nos chamados megagrupamentos, juntam-se agora as obtidas pela via da alteração da fórmula e, claro as que resultarem dos futuros novos megagrupamentos previstos.

- Eliminação do número mínimo de horas para o trabalho individual nos horários dos docentes, abrindo finalmente a porta para que acabe a contestação ao elevado número de horas que os docentes passam nas escolas com reuniões e outras actividades de eficácia discutível em prejuízo do número mínimo de horas da componente individual de trabalho a que têm direito. Deixará assim de haver violação directa de qualquer norma!

- Passagem das actividades de Desporto Escolar para a componente de ho-



É impossível esperar respostas adequadas e motivadas a profissionais sistematicamente afrontados com medidas genericamente negativas impostas pelo governo ao seu estatuto socioprofissional.

rário destinada ao apoio educativo e enriquecimento e complemento curricular.

- Extinção do crédito de horas para projectos eventualmente em curso nas escolas ou agrupamentos mesmo que no âmbito dos respectivos projectos educativos. Para manter os projectos ou iniciar novos projectos, as direcções são obrigadas a solicitar autorização ao ME. Isto é, a escola deixa de ter qualquer autonomia para desenvolver os projectos que considere adequados à concretização do seu projecto educativo, antes, passa a estar totalmente dependente da decisão do ME.

- Diminuição e definição “criteriosa” dos cargos que implicam a redução da componente lectiva do horário dos docentes: directores, subdirectores, adjuntos de direcção; coordenadores de estabelecimento; directores de centros de formação; directores de turma do ensino diurno e directores dos cursos CEF.

- Finalmente, o exercício do cargo de assessoria de direcção apenas pode ter lugar na componente não lectiva dos horários dos docentes. Os critérios para a designação do número de adjuntos da direcção passam a ser mais apertados com o objectivo de diminuir também o seu número.

A concretizarem-se todas estas medidas a qualidade de oferta da Escola Pública estará seriamente comprometida. É impossível querer alargar a escolaridade obrigatória, proclamar que as escolas têm autonomia para responder aos vários desafios lançados pela sociedade e exigir cada vez mais dos que nelas trabalham retirando e gerindo à distância e centralmente os seus recursos e os seus projectos...

É impossível esperar respostas adequadas e motivadas a profissionais sistematicamente afrontados com medidas genericamente negativas impostas pelo governo ao seu estatuto socioprofissional. ●



## Austrália contra os rankings

Nos últimos anos a Austrália teve um regime de exames nacionais, conhecido como NAPLAN, para alunos dos graus 3, 5, 7 e 9 apesar de não haver um currículo nacional. Em 2009, o Governo Australiano criou um novo sítio na internet chamado “My School” onde eram publicados os resultados dos exames, escola a escola.

Durante os meses que precederam esta divulgação, o Sindicato da Educação Australiano (AEU) que representa 180.000 professores das escolas públicas por toda a Austrália desenvolveu uma campanha contra a divulgação pública dos resultados dos exames. O principal recibo do sindicato foi que isso pudesse levar à criação de “rankings” e à exposição pública (“naming and shaming”) das escolas que tanto prejuízo causou em países como a Inglaterra e os Estados Unidos da América.

Mal os resultados dos exames foram divulgados, muitos jornais começaram a elaborar “rankings” e os piores recibos dos professores foram confirmados. Os meios de comunicação social usaram a informação sobre os resultados dos exames para atacarem as escolas, particularmente as escolas públicas e os seus professores.

No início de 2010, o AEU intensificou a campanha exigindo que o governo tomasse medidas para impedir que os resultados dos exames fossem usados para criar “rankings”. A ronda seguinte de exames estava prevista para Maio de

2010 e o sindicato fez um ultimato ao Governo Australiano. A menos que fossem postas em prática medidas de protecção desses dados, os professores em toda a Austrália recusar-se-iam a aplicar os exames de literacia e numeracia (NAPLAN). Nos meses que precederam os exames de Maio, o sindicato organizou-se por todo o país para obter apoio para esse boicote.

A campanha intensificou-se e foi bem apoiada por directores de escola e professores, muitos dos quais foram ameaçados com o despedimento e pesadas multas. Finalmente, apenas alguns dias antes da data prevista para a realização dos testes, o Governo apresentou uma proposta ao sindicato. Comprometeu-se a constituir um Grupo de Trabalho para aprofundar mecanismos de protecção para o uso dos dados dos exames. Consequentemente, o boicote foi levantado.

Na semana passada o Grupo de Trabalho divulgou as suas recomendações. Numa vitória histórica para o AEU, a principal recomendação do Grupo de Trabalho foi que os dados dos exames seriam protegidos usando as leis de copyright existentes. O grande desafio agora é assegurar que o Governo honra as conclusões do Grupo de Trabalho e está pronto a agir contra qualquer meio de comunicação social que viole a lei publicando “rankings”. ●

Maurie Mulheron, Principal  
(Keira High School, Australia)

Manuel Carvalho da Silva:

## XII Congresso da CGTP-IN: exigência e acção

O prestígio da CGTP-IN e o seu papel na sociedade portuguesa são motivos de sobra para dar a cada um dos seus congressos um significado especial. A situação que estamos a viver confere, no entanto, uma importância acrescida ao XII Congresso da Central, marcado para Janeiro de 2012. O JF foi ao encontro do Secretário-Geral da CGTP, que realça a dimensão de responsabilidade e de exigência de reflexão deste Congresso, em que os/as professores/as, através dos Sindicatos da FENPROF, terão certamente papel activo.



**JF- Os Congressos são sempre momentos destacados na vida da grande Central unitária. Mas o XII terá um significado muito especial, tendo em conta a situação do país e dos/as trabalhadores/as portugueses/as...**

**Manuel Carvalho da Silva (MCS)** – Nas primeiras abordagens ao XII Congresso, a minha perspectiva é esta: estamos perante um cenário político, interno e externo, e perante um conjunto de factores e bloqueios que marcam a sociedade portuguesa que (talvez não seja exagero afirmá-lo) fazem com que este Congresso, na vida da Central depois do 25 de Abril, tenha uma dimensão de responsabilidade e de exigência de reflexão mais significativa, depois do chamado Congresso de Todos os Sindicatos, ou seja do II Congresso.

Em 1976 trabalhou-se para o Congresso, que se realizou logo no início de 1977, numa perspectiva de grandes mudanças: o Congresso surgia depois da discussão e aprovação da Constituição da República Portuguesa e quando se começavam a desenhar os objectivos da candidatura de Portugal à Comunidade Europeia (hoje UE). Havia mudanças enormes...

Mas se nós olharmos para a situação que vivemos hoje, os bloqueios em que o país se encontra, as contradições em que está o chamado processo de construção europeia, as mudanças que estão a ocorrer no mundo, as alterações muito grandes que têm ocorrido no plano das relações de trabalho em particular com os impactos do desemprego e da precariedade, nós temos que concluir que estamos perante um cenário de uma enormíssima exigência e sinceramente penso que estamos desafiados a fazer tudo o que for possível para responder a estes desafios.

Falei apenas nas questões que são de grande enfoque, mas devemos considerar outras mudanças que estão em marcha e que provocam alterações muito significativas na organização do trabalho e que têm a ver com campos de discussão múltiplos relacionados, por exemplo, com a esperança de vida e o seus reflexos em todo

o processo da vida activa, de concepção de reformas, etc, o que vai ser a evolução dos processos migratórios ou impactos do aumento quantitativo e qualitativo da presença das mulheres no trabalho, que numa situação de regressão que se está a viver - regressão económica e de forte pressão sobre os trabalhadores - tem, num primeiro impacto, uma expressão negativa, de recuos, mas que vai continuar a afirmar-se. Estamos num cenário muito exigente com alterações dos quadros de partida para a discussão, por exemplo, do papel do Estado com necessidade de um debate profundíssimo sobre o designado Estado Social, com todos os grandes indicadores estratégicos de desenvolvimento do país, a começar pelo nível de educação e formação dos cidadãos, de saúde e protecção social.

Todas estas áreas estão debaixo de grandes pressões e uma central sindical que quer ter um projecto de futuro tem de olhar para isto com grande profundidade e responsabilidade. Este XII Congresso é, na verdade, um Congresso de exigência acima do normal!

**JF – Quais são as orientações fundamentais do trabalho preparatório do Congresso?**

**MCS** - A preparação do XII Congresso deve partir do balanço dos quatro anos de mandato, considerando a situação nacional, europeia e internacional.

Por outro lado, como já sublinhou o Conselho Nacional da Central, exige-se um significativo debate sobre a complexa situação laboral, social, económica e política actual, com vista a reforçar perspectivas de futuro, definindo objectivos, caminhos, prioridades e conteúdos concretos para uma intensa acção sindical na afirmação da democracia e do desenvolvimento do país, sempre com o emprego como questão fundamental, e visando responder às necessidades e anseios das jovens gerações.

**JF- E em relação à metodologia do trabalho preparatório do Congresso, o que é que nós podemos adiantar?**

**MCS** – As linhas gerais da metodologia desse trabalho apontam, em primeiro lugar, para a necessidade de sistematização e abordagem geral dos temas a nível dos órgãos da Central, com envolvimento dos sindicatos, sectores e regiões, antes da sua colocação em debate no seio dos trabalhadores.

Este processo abre a possibilidade e coloca a exigência de iniciativas temáticas centrais, mas também desenvolvidas pelos sindicatos.

Durante este processo há que divulgar junto dos trabalhadores os temas centrais de forma o mais ampla possível.

Trata-se de um conjunto de tarefas a desenvolver, progressivamente, ao longo dos próximos meses.

A outra linha fundamental aponta para o aprofundamento da análise dos problemas, dos desafios e potencialidades do movimento sindical e das opções a tomar, feito de baixo para cima, com a participação efectiva dos trabalhadores e de todos os activistas sindicais.

Essa é uma tarefa a concretizar, em particular, nos últimos três meses deste ano e em Janeiro de 2012.

**JF – O combate ao desemprego será um dos grandes temas em foco...**

**MCS** – É o primeiro, sem dúvida. O combate ao desemprego e à precariedade em todos os sectores de actividade: no privado e em todos os subsectores da administração pública.

O segundo tema aponta para a necessidade de efectivação do direito de contratação colectiva e dos direitos laborais e sindicais.

O combate às desigualdades (em geral) e à pobreza é o terceiro tema, seguido da defesa e do reforço de políticas sociais públicas que garantam o direito universal e solidário à saúde, ao ensino, à segurança social e à justiça. O quinto tema em perspectiva é a participação dos trabalhadores, a sindicalização, a unidade na acção a partir da base, a organização sindical, o rejuve-

nascimento do movimento sindical. E finalmente o Congresso abordará também as questões da organização e da acção sindical a nível europeu e internacional e a participação da CGTP-IN.

**JF – Como encontrar as saídas que o movimento sindical considera essenciais para a resolução dos problemas dos trabalhadores e da sociedade?**

**MCS** – A saída política para os problemas precisa de apoio social. Não há saída para os bloqueios em que estamos se o movimento sindical e outras forças não forem capazes de trazer as pessoas para a manifestação dos seus descontentamentos, para a expressão do seu protesto e para a mobilização pela mudança, exigindo respostas capazes para os seus problemas. Isto deve ser feito em discussão colectiva, com envolvimento de todos porque se se deixam as pessoas isoladas elas tendem a olhar apenas para o seu espaço e isso, normalmente, é negativo.

Estamos condenados a reinventar a mudança e a relançar a luta sectorial e de conjunto, a movimentação dos trabalhadores de todos os sectores, não deixando as injustiças sem resposta, sem denúncia, sem luta. Assim, estaremos a construir as respostas! ● JPO

“As orientações assumidas para a reestruturação do ensino, desde logo com implicações no emprego dos professores e educadores e na reorganização da escola, estão debaixo de fundamentos gestionários numa lógica economicista e neoliberal... ponto final! Não têm em conta outros aspectos, nomeadamente pedagógicos. Isto é dramático para o país.”



### A precariedade é a primeira causa do desemprego

“A precariedade é um problema central que afecta os trabalhadores de todas as gerações, mais e menos qualificados. A precariedade transformou-se num problema estruturante da sociedade. Sendo uma questão intrinsecamente laboral, é também um problema sócio-laboral, sócio-económico e sócio-político, hoje profundamente identificado com o sistema de sociedade e o regime em que queremos viver. Tornou-se um problema total e passou a atingir todos os trabalhadores, todas as gerações e vai acabar por atingir os diversos vínculos de trabalho. Aliás, hoje há uma tendência do ataque ao direito do trabalho que passa pela tentativa de dar o mesmo valor jurídico aos vínculos precários e aos estáveis; isto é a consumação absoluta de uma concepção de trabalho sem direitos, sinónimo de precariedades, de instabilidades e de inseguranças que vão ter de levar todos os trabalhadores a um fortíssimo esforço de resposta. O desemprego é, em grande parte, resultado da precariedade. Os direitos do trabalho em geral e o próprio direito do trabalho, enquanto elemento estruturante do trabalho com direitos, existe para proteger o trabalhador, para evitar o desemprego”. MCS ●



### Reflexão, intervenção e luta

Até ao momento da realização do XII Congresso, em Janeiro de 2012, o movimento sindical dinamizado pela CGTP-IN desenvolverá uma forte intervenção e luta de resistência às políticas que vêm sendo prosseguidas no plano nacional e no plano europeu, bem como às práticas patronais de intenso ataque aos direitos dos trabalhadores. Destaca-se a afirmação de propostas, quer de carácter laboral específico, quer de teor sindical e político sindical amplos, exigindo políticas alternativas para o desenvolvimento do país e uma efectiva mudança de rumo. Isto implica trabalhar no plano nacional e em todos os sectores e regiões uma forte agenda sindical e social e também uma agenda política que respondam aos objectivos da intervenção sindical.. ●

**O XII Congresso da CGTP-IN vai realizar-se a 27 e 28 de Janeiro de 2012, em Lisboa. A 26 de Janeiro 2012, decorrerá uma grande Conferência Internacional. O combate ao desemprego e à precariedade será um dos temas em foco no grande encontro da Central unitária.**

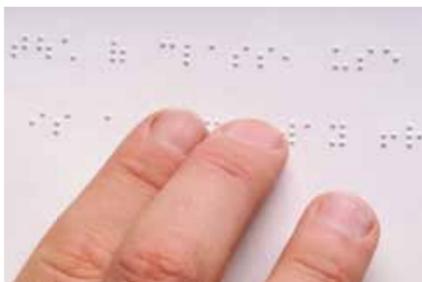
## ACAPO

## Delegação de Coimbra da ACAPO promove curso de Braille

O dia 6 de Janeiro é uma data significativa para as pessoas cegas de todo o mundo. Neste dia, assinalam-se 159 anos sobre a morte de Luís de Braille, o mentor do sistema de leitura e escrita que, ainda hoje, permite às pessoas cegas participar activamente na sociedade em plenas condições de igualdade.

A Direcção da Delegação de Coimbra da ACAPO assinala esta data com a abertura de inscrições para um curso de iniciação ao Braille, destinado a pessoas normovisuais. O curso será ministrado, nas instalações da Delegação de Coimbra da ACAPO, em horário pós-laboral e contará com 40 horas de formação, distribuídas por 20 sessões. No final desta aprendizagem, que se prolongará durante um período de 10 semanas, os participantes ficarão habilitados a ler Braille visualmente e a escrever com recurso a uma máquina de Braille. De acordo com Rosa Esteves, Presidente da Delegação de Coimbra da ACAPO, a iniciativa surge face ao interesse crescente da comunidade em geral, mas em particular de professores e educadores de infância, em adquirir competências ao nível da leitura e escrita Braille.

O curso terá um custo de participação de 240 euros, usufruindo os sócios cooperantes da ACAPO de um preço especial de 160 euros. Os interessados deverão proceder à devida inscrição, até ao dia 4 de Fevereiro, junto da Delegação de Coimbra da ACAPO, onde poderão também obter mais informações. ●



## Curso de Iniciação à leitura e à escrita em Braille para adultos normovisuais

**Local:** Delegação de Coimbra da ACAPO | R. dos Combatentes, 113 s/cv, 3030-181 Coimbra  
**Data:** de 8 de Fevereiro a 19 de Abril de 2011 **Horário:** das 18.00h às 20.00h – todas as Terças e Quintas-feiras **Carga Horária:** 40 horas

+ INFO [www.sprc.pt](http://www.sprc.pt)

10 a 12 de Fevereiro

## II Encontro Internacional de Ensino do Português

A Escola Superior de Educação (ESE) de Coimbra promove, de 10 a 12 de Fevereiro, nas suas instalações, o II Encontro Internacional de Ensino do Português. A iniciativa vai reunir educadores, professores e investigadores em diferentes áreas e domínios do ensino da Língua Portuguesa. Ao longo de três dias serão constituídos grupos de trabalho e de reflexão de acordo com os temas em análise e ciclos de ensino. ●

## Concurso

## Astrobiologia: outros mundos, outras vidas



A vida no Universo, o estudo da sua origem, evolução, distribuição e futuro, são pontos de partida para o concurso "Astrobiologia: outros mundos, outras vidas", organizado pela **Ciência Viva** e destinado aos alunos do ensino secundário. O prazo de entrega dos trabalhos decorre até 2 de Março de 2011. ●

## culturais



## EXPOSIÇÃO

## "Tinta nos Nervos": Banda Desenhada Portuguesa

O desafio está lançado: uma interessante exposição em Lisboa mostra banda desenhada portuguesa de "autor" e prova que a BD não é só para crianças, nem só para entreter...

Comissariada por Pedro Vieira Moura (curador, especialista em banda desenhada e autor do blog "Ler BD"), "Tinta nos Nervos" estará patente ao público até 27 de Março, no Museu Coleção Berardo (Pç. do Império, Centro Cultural de Belém). A exposição apresenta originais e alguns inéditos de quatro dezenas de autores portugueses, como Ana Cortesão, António Jorge Gonçalves, Bruno Borges, Diniz Conefrey, José Carlos Fernandes, Marcos Farrajota, Nuno Saraiva, Pedro Nora, Pedro Zamith ou Richard Câmara. De salientar a presença do conhecido artista plástico Eduardo Batarda, que mostrará as pranchas originais de "Peregrino blindado", de 1971. Apesar de se centrar na produção contemporânea, Pedro Moura escolheu também dois nomes históricos que contribuíram para que a banda desenhada de autor chegasse a uma idade mais "adulta": Rafael Bordalo Pinheiro e Carlos Botelho. ●

**Horários:** Segunda, terça, quarta, quinta, sexta e domingo das 10h00 às 19h00 (última admissão às 18h30). Sábado das 10h00 às 22h00 (última admissão às 21h30). Entrada livre

## TEATRO

## "Querida Matemática!" em digressão

É uma peça de teatro português, baseada em temáticas e conteúdos programáticos da disciplina de Matemática entre o 5º e o 12º ano de escolaridade. Trata-se de um espectáculo dinâmico, cheio de ritmo e que cria a apetência e o interesse dos mais jovens pela disciplina e ciência da Matemática.

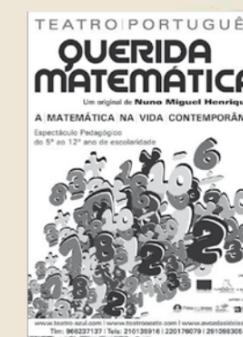
Os actores da Companhia Profissional "Teatro Azul" representam este texto original e inédito de Nuno Miguel Henriques, com apoio didáctico de conceituados docentes da área da Matemática, de forma cativante e numa interpretação magistral, fazendo de cada cena um episódio de curta duração, onde se discute e se conclui sobre a utilidade da Matemática no quotidiano de cada indivíduo no século XXI.

A representação tem momentos de cómico de situação, de dramatizações bem como de reprodução dos anseios naturais e algumas resistências dos jovens

contemporâneos no estudo desta disciplina nuclear, que se aplica com insistência e muitas vezes com grande discrição na vida e no sucesso das pessoas nos seus meios sociais e profissionais.

Sendo um espectáculo lúdico e de lazer, tem uma forte componente pedagógica e didáctica, utilizando uma linguagem simples, mas simultaneamente vocabulário específico na aprendizagem da Matemática. Nuno Miguel Henriques, é autor de outras peças de sucesso, além de reconhecido em diversas obras publicadas, e que também assume a encenação deste trabalho pedagógico, com um elenco de reconhecido mérito artístico e uma equipa de produção qualificada.

A peça já foi apresentada em Lisboa, Coimbra, Viseu e Porto (regressa à Invicta em 28 de Abril). A 29 e 30 de Março será levada à cena no Funchal e a 1 de Abril em Faro. ●



**Horários:** 10.30 | 11.45 | 15.00 horas  
**Bilhetes:** 5 | 6 Euros (estudantes) 12 Euros (normal) | Deslocações a todo Continente, Madeira e Açores | Apresentações em teatros, auditórios, escolas, etc. Condições a acordar, caso a caso.

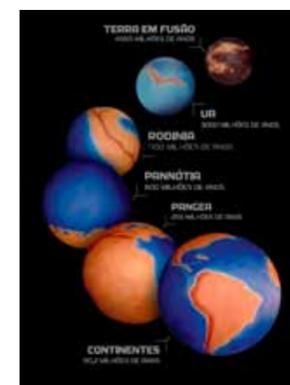
+ INFO [www.teatro-azul.com](http://www.teatro-azul.com)

## EXPOSIÇÃO

## "A Aventura da Terra: um Planeta em Evolução"

"A Aventura da Terra: um Planeta em Evolução" é o tema da exposição organizada pelo Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, patente ao público até ao final do ano (Rua da escola Politécnica, 58, 3º a 6º das 10h00 às 17h00 e Sábados e Domingos das 11h00 às 18h00) Durante cerca de 1.000 milhões de anos a Terra sofreu intensas modificações químicas e geológicas, tendo os primeiros sinais de "vida" surgido aos 3800 milhões de anos e só entre 500 e 400 milhões de anos atrás foi possível a primeira invasão por plantas e animais. Foi necessário "tempo" para o aumento da complexidade, da adaptação e conseqüente evolução da vida.

Como destaca Maria Amélia Martins-Loução, Coordenadora do Projecto Expositivo, "A Aventura da Terra: um Planeta em Evolução" convida a debruçar-se sobre a evolução do planeta, começando pela origem do próprio Universo. Uma verdadeira viagem pelo tempo geológico onde a vida demorou a diversificar-se, transportando-nos também para esta noção um pouco diferente de "tempo". ●



+ INFO <http://aventuradatterra.aeiou.pt>

## FESTIVAL

## 31ª edição do Festival Internacional de Cinema do Porto

A 31ª edição do Fantasporto – Festival Internacional de Cinema do Porto realiza-se entre os próximos dias 21 de Fevereiro e 6 de Março, no Teatro Municipal Rivoli. O próximo Fantas promete desde já o regresso de muitos dos mitos do nosso imaginário como zombies, feiticeiras, assassinos em série, de novos e clássicos monstros saídos da galeria do fantástico além de nos levar para mundos reais e irreais.

## Um Palco para a Cultura

De 3 a 18 de Fevereiro de 2011 o Teatro Municipal Rivoli recebe uma dúzia de espectáculos que, além da música, incluem também humor e "stand up comedy" e teatro, na sala pequena deste espaço cultural com uma marcante proposta da companhia "Assédio". O Rivoli volta assim a ser um palco de cultura do Grande Porto, numa vintena de dias que antecede a grande festa do cinema que vai ser a 31ª edição do Fantasporto – Festival Internacional de Cinema do Porto.

+ INFO [www.fantasporto.com](http://www.fantasporto.com)

